



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL-RS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Of. Nº 002/2023

São Vicente do Sul, 03 de fevereiro de 2023

A SR.
JEFERSON SOUZA COSTA
FELICE VEICULOS LTDA

Prezado, Senhor:


Ao cumprimentá-lo cordialmente vimos através deste, informar que conforme pedido de impugnação ao Pregão Presencial edital nº 004/2023, impetrado pela empresa FELICE AUTOMOVEIS LTDA, modalidade pela qual o Município visa a para aquisição de veículos novos zero quilometro, para atender a demanda da secretaria municipal de agricultura, pecuária, e desenvolvimento rural do Município De São Vicente Do Sul/RS, sendo recebido através de meios eletrônicos na data de 01 de fevereiro de 2023, em acordo ao item 21.1 do edital, registro fato este, mediante a impugnação ser tempestiva, portanto conhecida.

Entretanto, conforme pedido da requerente que seja alterada a descrição do item do edital, o qual prevê motorização do veículo 1.4, e ainda solicita que seja majorado o valor de referência, passando o valor para R\$ 114.300,00, para que a empresa consiga participar do certame. A mesma, alega que mantendo as descrições previstas no edital o Município estaria infringindo os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, proposta mais vantajosa à administração pública, bem como do interesse público.

Desta forma, solicitamos Parecer, sendo emito o Parecer Técnico Jurídico nº 03/2023, o qual resumidamente opina pela manutenção da descrição prevista no edital, pois não vislumbra restrição de competitividade, nem quebra na isonomia e muitos menos em direcionamento. Sendo que caso a Administração Municipal atendesse a solicitações de potência mínima exigida poderia outra empresa interessada surgir e reivindicar nova impugnação com posterior alteração de parâmetro. Tornando o procedimento licitatório infundável e extremamente moroso. Outrossim quem deve optar pelas características do veículo a ser adquirida é a Administração Pública, por critério de discricionariedade e não a bel prazer e determinações de fornecedores e possíveis participantes de procedimentos licitatórios. Sendo assim opinou pela manutenção de edital e pelo indeferimento da impugnação apresentada pela impugnante.

Portanto, na qualidade de Pregoeiro, no uso de minhas atribuições conferidas pelo Decreto Municipal nº 041/2022. **Decido pelo indeferimento**, acolhendo o Parecer Jurídico Municipal na integralidade, e desta forma mantém-se inalterada a data da sessão pública preestabelecida e os termos e as condições previstas no edital de licitação deverão ser mantidos. Sendo que não vislumbramos nenhuma afronta aos princípios da legalidade, isonomia e ainda quanto ao direcionamento do processo licitatório, pois não foi constatado nenhum vício processual, a Administração Pública seguiu criteriosamente os termos do Convênio da Consulta Popular 2019/2020 FPE nº 489/2020. Sendo o que tínhamos para o momento.

Atenciosamente,


Geovani Merladete de Paulo Minussi
Pregoeiro
Decreto Municipal nº 041/2022



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL**

RODRIGO MOTTA DE MORAES– OAB/RS 86.681

PROCURADORIA MUNICIPAL

PARECER PGM/SVS N.º 03/2023

LICITAÇÃO.PREGÃO ELETRÔNICO.AQUISIÇÃO DE VEÍCULO. IMPUGNAÇÃO DE EDITAL.PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.ALTERAÇÃO OBJETO.POTÊNCIA DE MOTOR. MAJORAÇÃO VALOR REFERÊNCIA. IMPUGNAÇÃO TEMPESTIVA.INDEFERIMENTO. CUMPRIMENTO OBJETO DO CONVÊNIO.NÃO DIRECIONAMENTO. NÃO AFRONTA ISONOMIA, IGUALDADE DE PARTICIPAÇÃO.NÃO LIMITAÇÃO DE COMPETIÇÃO.

RELATÓRIO:

Trata-se de parecer técnico do Procurador do Município de São Vicente do Sul em resposta ao memorando 004/2022, enviado pela Comissão de Licitações, a esta Procuradoria, a respeito do pedido de impugnação de edital de Pregão Eletrônico nº. 004/2023, processo administrativo nº. 1.061/2022 aquisição de veículo pick-up zero km para a Prefeitura do Município de São Vicente do Sul) protocolado pela empresa FELICE AUTOMÓVEIS LTDA a qual requerer alteração da descrição de item de edital (mudança potência de motor) e majoração de valor de referência relacionado à valor do automóvel. Sob a alegação ode que se o Município mantiver o descrito em Termo de Referência estaria infringindo a legalidade, isonomia, competitividade.

É o breve relatório, passamos a análise.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL**

FUNDAMENTAÇÃO:

De início ,salienta-se que o Município de São Vicente do Sul, em todo e qualquer tipo de procedimento administrativo ,visando compras e alienações de bens móveis e imóveis, sempre buscou atender e enquadrar-se de acordo com os princípios basilares trazidos não só diretamente na pela lei de licitações 8666, em seu art. 3 ,como também pelos princípios tidos por implícitos(não explicitados na lei de licitações, porém, confeccionados pela doutrina e jurisprudência).

Sendo assim, os argumentos trazidos pela empresa impugnante, de que somente existiria uma marca no mercado capaz de atender as exigências do Termo de referência e de que o Município estaria direcionando o procedimento licitatório à determinada marca/empresa e de que a forma como esta descrito estaria violando princípios licitatórios ,não merece prosperar ,pois, conforme se verifica nos autos, o setor de licitações tomou todas as providências exigidas pela lei . Dentre elas a busca por preços mais vantajosos para a Administração. Não gerando assim o tal favorecimento indevido argumentado pela impugnante.

O Município apenas está cumprindo o que foi compactuado no convênio e seu objeto, o qual é bem claro em exigir como mínimo: motor de potência 1.4. Ademais, caso o Município desvirtue de tal critério , estará incorrendo em expressa violação ao princípio da legalidade .

Cabe lembrar que única forma de alteração de critério seria a caráter da administração em firmar novo convênio ou proceder alteração do referido objeto com nova retificação.

Ainda, ressalta-se a inviabilidade de majoração de valores, visto que, conforme já descrito no corpo do Convênio, o Município possui valor limitado a ser gasto com o referido veículo objeto do pregão.

Ainda ,alega a impugnante somente haver uma única marca capaz de cumprir com as exigências trazidas pelo Município. Porém, tal argumentação não merece prosperar ,pois, conforme análise dos autos ,fls. 78, o setor de licitações municipais ,em pesquisa via internet, encontrou outro veículo condizente e capaz de se enquadrar nas solicitações/requisitos exigidos pela Administração Municipal. Sendo ele o veículo presente as folhas 78 e 79 -Oroch Renault

O fato da Administração Municipal exigir motor mínimo 1.4 faz-se necessário em primeiro, para fazer cumprir o que foi acordado/estabelecido em convenio e também a busca de menor preço, além de atender características que atendam de forma plena a finalidade e o interesse público.Dessa forma entende-se que a descrição trazida no termo de referência não impede a participação de outras empresas .



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL**

Há de se lembrar que ao efetuar tal compra deve-se levar em consideração o interesse público. Se a necessidade da Secretaria de Agricultura é um veículo com motorização mínima exigida para que atenda suas necessidades, tal determinação está calcada no interesse público e deve ser observada conforme consta em edital.

Sendo assim a referida exigência está de acordo com o interesse público não ferindo assim o caráter de competição do certame, pois, somente se exige potência mínima podendo assim o proponente oferecer potência maior. Agora, o fato da empresa não produzir automóvel com motor 1.4 não caracteriza restrição de competitividade e nem direcionamento, até porque não é culpa da administração municipal que a montadora opte por produzir veículo com potência 1.3 e não 1.4 ou acima.

Ao exigir potência mínima a Administração não está incorrendo em ato ilegal. Somente seria caso houvesse somente uma empresa no mercado.

Sendo assim, pela visão desta Procuradoria, não há que se falar em violação a isonomia, nem em direcionamento. Muito menos em violação a legalidade.

A Administração Pública não é obrigada a adquirir automóvel que não satisfaça suas reais necessidades, pois, caso contrário estaria malferindo o interesse público. Dessa maneira é completamente legal estabelecer critérios técnicos mínimos de exigência, sendo eles critérios objetivos.

Não se trata de ato ilícito ou em desacordo com os princípios licitatórios. Nesse sentido traz-se à baila o seguinte entendimento jurisprudencial:

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO.IMPUGNAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO. AQUISIÇÃO DE VEICULOS NOVOS.EXIGENCIA DE POTENCIA MINIMA DO MOTOR E DE CAPACIDADE MINIMA DO RESERVATÓRIO DE COMBUSTIVEL.LEGALIDADE.

A administração pública não está adstrita a adquirir bens que não satisfaçam suas necessidades, sob pena de malferir o interesse público. Tratando-se de licitação com vistas à aquisição de veículos, é lícito estabelecer parâmetros técnicos mínimos, baseados em critérios objetivos. Existência de pelo menos três marcas/modelos de veículos no mercado que atendem aos requisitos fixados no edital, inclusive a fábrica representada pela concessionária Impugnante. No caso concreto, as especificações mínimas estabelecidas no edital impugnado não violam o princípio da isonomia, nem comprometem e comprometendo a possibilidade de seleção da proposta mais vantajosa, de modo que o instrumento convocatório vergastado observa os ditames do art. 3º, Lei 8.666/93. Por tempestiva, a impugnação ao edital reclama ser conhecida, mas no mérito, seu não acolhimento é medida que se impõe.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL

Portanto, não cabe aqui falar em restrição de caráter competitivo, nem quebra na isonomia e muito menos em direcionamento.

Ademais, caso a Administração Municipal viesse a alterar e reduzir a potência mínima exigida do motor poderia outra empresa interessada surgir e reivindicar nova impugnação com posterior alteração de parâmetro. Tornando assim o procedimento licitatório infundável e extremamente moroso, prejudicando assim a principal finalidade do Pregão que o de trazer maior celeridade as aquisições/alienações envolvendo a Administração Pública e a busca pelo interesse público não apenas em seu caráter primário como também secundário.

Outrossim, quem deve optar pela escolha do veículo e de seus parâmetros é a própria Administração Pública por critério de discricionariedade (conveniência e oportunidade) e não a bel prazer e determinações de fornecedores e possíveis participantes de procedimentos licitatórios.

Ressalta-se que o quesito trata de valor de potência mínimo podendo a marca apresentar outros com potência igual ou acima. Não sendo problema do Ente Público Municipal se a montadora não disponibiliza de outros veículos com condições de se enquadrarem no que a Administração necessita.

Sendo assim, opina-se pela manutenção do edital e pelo indeferimento da impugnação apresentada pela impugnante, de acordo com o argumentado por esta procuradoria Municipal.

É o parecer.

À consideração superior.

São Vicente do Sul-RS, 03 de fevereiro de 2023.

Rodrigo Motta de Moraes
Procurador Municipal
OAB/RS nº. 86.681